

Contabilidade em nível geral de preços

Décio Duque Moraes*

Método da Correção Monetária Integral

O presente artigo objetiva divulgar os resultados obtidos na pesquisa realizada para a Dissertação de Mestrado intitulada: Análise dos Resultados da Aplicação da Correção Monetária Integral pelas Companhias abertas do Brasil em 1987 – Instrução CVM nº 64/87 – Um Estudo Exploratório. Dissertação defendida em 12/12/1989.

O principal objetivo desse estudo é analisar as informações geradas pelos Métodos Legal e Integral de reconhecimento dos efeitos inflacionários nas Demonstrações Contábeis, evidenciando os aspectos qualitativo e quantitativo da informação contábil para fins de avaliação econômico-financeira e patrimonial.

A aplicação da Contabilidade em Nível Geral de Preços pelas empresas brasileiras é relativamente recente. Esse método toma as informações contábeis mais realistas e potencialmente capazes de representar a real performance das empresas.

Problematização

A contabilidade praticada atualmente no Brasil, sob a égide da Lei nº 6404/76, representa um avanço em relação à anterior, principalmente no que se refere ao reconhecimento dos efeitos inflacionários nas Demonstrações Contábeis. Entretanto, em decorrência da "simplificação" do método empregado e dos altos índices de inflação registrados no país nos últimos anos (referindo-se à década de 80), a contabilidade tem-se apresentado deficiente como instrumento de apoio às tomadas de decisão.

A apresentação dos elementos patrimoniais a valores nominais nas Demonstrações Contábeis torna impossível efetuar uma análise de evolução dos números de um exercício social para o outro, porque as informações contábeis estão em moeda de poder aquisitivo de diferentes épocas.

Segundo SZUSTER (1988):

"A contabilidade tradicional que se atém à manutenção do custo histórico original, não reconhecendo as alterações do valor da moeda, não tem mais lugar nos dias de hoje. As suas informações não representam a realidade econômica e os seus resultados são totalmente defasados."

Dante, então, da necessidade sentida pelo mercado de capitais de informa-

cões contábeis adequadas e realistas, a CVM - Comissão de Valores Mobiliários reage, legislando e exigindo Demonstrações Contábeis Complementares em moeda de poder aquisitivo constante, através da Instrução CVM nº 64/87.

A CVM propõe a metodologia de ajustamentos dos valores históricos, e dispõe sobre a elaboração e publicação das Demonstrações Contábeis Complementares, em moeda de capacidade aquisitiva constante, para pleno atendimento ao Princípio do Denominador Comum Monetário, e a propósito, segundo IUDICIBUS (1981):

"A finalidade principal dos ajustamentos, em nossa maneira de pensar, é fornecer à administração uma visão mais realista da situação empresarial, no sentido de melhores tomadas de decisões."

A aplicação da Correção Monetária Integral na forma preconizada pode ser considerada como mais um avanço da contabilidade brasileira rumo às técnicas mais avançadas de ajustamentos dos elementos patrimoniais das empresas.

Flutuações de preço

Os fatores que afetam gravemente a consecução dos objetivos da contabilidade são de origem econômica. A inflação é o fenômeno econômico originado

pelo aumento generalizado de preços dos bens e serviços. Mede-se a inflação de um país pelo incremento em seu nível geral de preços, o qual caracteriza a perda do poder aquisitivo da moeda, nesse país.

As causas mais difundidas da inflação, segundo KIRKMAN (1973),

- * 1 - demandas salariais excessivas;
- 2 - aumentos dos custos das matérias-primas e combustíveis;
- 3 - exploração empresarial e ineficiência;
- 4 - demandas excessivas dos consumidores;

5 - políticas monetárias governamentais."

Para IUDICIBUS (1981), as contínuas flutuações de preços são devidas, de um lado, às causas monetárias e, de outro, a fatores estruturais, tais como mudanças nos gastos dos consumidores, na tecnologia, nas escalas de oferta e procura de bens e serviços, em uma economia de concorrência imperfeita.

Contabilidade em Nível Geral de Preços (General Price-Level Accounting)

a) **Evolução Histórica** - de acordo com SZUSTER (1980), o método teve como principal apologiste Henry Whitcombe Sweeney, com sua obra pioneira em 1936 denominada "Stabilized Accounting".

Após a 2^a Guerra Mundial, com o agravamento da inflação, muitos países passaram a adotar a Contabilidade em Nível Geral de Preços, de forma integral, parcial e simplificada, como forma de ajustamento das Demonstrações Contábeis. Exemplo de nações que incluiram o método em suas legislações: Brasil, Uruguai, Chile, Canadá, França, Dinamarca etc.

A propósito, segundo CALAFELL (1983), o Brasil, por sua larga experiência em procedimentos e práticas, pode considerar-se como o país pioneiro no que se refere à aplicação prática da filosofia da contabilidade por tendências inflacionárias.

b) **Base Utilizada** - o método advoga a utilização de um índice geral de preços que mede a variação do poder aquisitivo da moeda em relação aos produtos e serviços disponíveis no Sistema Econômico.

c) **Operacionalidade** - a aplicação do índice geral de preços pela Contabilidade em Nível Geral de Preços exige que os elementos patrimoniais sejam classificados em Itens Monetários e Não Monetários, para que se possam efetuar os ajustes que apuram os ganhos e as perdas na manutenção dos elementos expostos à inflação.

Itens Monetários: os itens monetários estão classificados em Ativos e Passivos Monetários, e IUDICIBUS (1981) os definiu assim:

"*ativos monetários são contas cujos valores estão expressos em uma quantidade fixa de unidades monetárias que representam poder aquisitivo geral... Por outro lado, passivos monetários referem-se a obrigações de pagar montantes fixos em Reais em alguma data futura, sem considerar as flutuações do poder aquisitivo da moeda*"

Os itens monetários quando expostos à inflação geram: ativos monetários (perdas) e passivos monetários (ganhos).

Itens Não Monetários: também se classificam em Ativos e Passivos Não Monetários, e segundo HENDRIKSEN (1974):

"*Ativos não monetários incluem aqueles itens cujos preços em termos de unidade monetária podem*

variar com o tempo, ou direitos de uma quantia variável de unidade monetária representando uma determinada quantia de poder de compra. A principal característica do passivo não monetário que inclui as obrigações a pagar é a equivalência do poder aquisitivo na data do vencimento."

Por outro lado, os ativos e passivos não monetários não geram perdas ou ganhos inflacionários e seus valores originais devem ser corrigidos sistematicamente pelo índice inflacionário, para que fiquem representados ou avaliados em termos de poder aquisitivo da moeda na data do balanço.

As vantagens da Contabilidade em Nível Geral de Preços, em linhas gerais, são:

- Apresenta todos os valores das Demonstrações Contábeis em moeda do mesmo poder aquisitivo;
- Permite a comparabilidade das Demonstrações Contábeis de vários anos, independente do nível de inflação;
- Efetua a correção dos estoques e os ajustes a valor presente dos ativos e passivos monetários prefixados;
- Possibilita análises e conclusões mais adequadas e realistas das Demonstrações Contábeis, dos relatórios financeiros e de custos;
- Aprimora a análise de tendência, em termos de eficiência e produtividade; e
- Cria e desenvolve na contabilidade o enfoque gerencial.

Conclusões

a) **Primeira Etapa**: os resultados dessa etapa referem-se aos aspectos de elaboração e evidenciação das Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31/12/1987.

- 1,2% das empresas analisadas não evidenciou e nem conciliou a diferença entre o lucro líquido legal e o lucro líquido da correção integral;
- 14,9% das empresas não utilizaram os dados da correção integral na elaboração das Notas Explicativas;
- 33,3% das empresas não utilizaram os dados plenamente corrigidos nos relatórios da administração;
- 70,2% das empresas não destacaram nos balanços o fato de seus valores referirem-se à moeda de 31/12/1987.

Conclui-se que apenas 17,2% das empresas da amostra (87 pesquisadas), representando o universo de 664 empresas brasileiras de capital aberto inscritas na CVM - Comissão de Valores Mobiliários, em 31/12/87, observaram todos os aspectos de elaboração e evidenciação exigidos pela Instrução CVM nº 64/87, neste primeiro ano de sua vigência.

b) Segunda Etapa: os resultados desta etapa referem-se aos aspectos econômico-financeiros e patrimoniais:

- 60,9% das empresas, generalizando, apresentaram um único balanço para atender à Legislação e à Correção Integral;
- 39,1% das empresas que ajustaram e corrigiram seus balanços, podem-se identificar flagrantes melhorias no resultado das análises.

A propósito, foram feitas as seguintes análises nestas empresas: liquidez, endividamento geral, grau de imobilização, fator de insolvência de Kanitz, margem operacional, margem líquida, Capital Circulante Líquido e Patrimônio Líquido.

Relativamente à evolução patrimonial, tem-se o seguinte:

- 66,6% das empresas obtiveram aumentos reais no Patrimônio Líquido (PL) em 1987, mas, desse percentual, 44,8%

Em ambiente inflacionário, por menor que sejam os índices de inflação, as decisões devem ser apoiadas em dados e/ ou informações contábeis plenamente corrigidas ou em moeda de poder aquisitivo constante



apresentaram aumentos iguais pelos dois métodos e 21,8% aumentos diferentes;

- 32,2 % das empresas obtiveram *involução patrimonial*, em termos reais, mas, pela Legislação Societária, apresentaram *evolução nominal*.

As maiores divergências foram constatadas em 29,9% das empresas, onde a Correção Integral obteve resultados opostos aos obtidos pela Legislação Societária, o que evidencia a superioridade das informações geradas pela Correção Monetária Integral para fins de tomada de decisões em todos os níveis - estratégico, tático e operacional.

Quanto aos demais índices: liquidez, endividamento, imobilização, insolvência de Kanitz, margens operacional e líquida e capital circulante líquido ficaram evidentes, também, as melhorias nas informações geradas pelo método da Correção Monetária Integral.

c) **Terceira Etapa:** utilizou-se, nesta etapa, a metodologia usada por MARTINS (1988), no estudo desenvolvido pela FIPCAFI-USP, quando estudou o Setor Industrial Privado de São Paulo, denominada Média do Agregado.

Esta metodologia consiste em construir um único Balanço Patrimonial a partir dos Balanços Patrimoniais das empresas que compõem a amostra estudada. A partir daí, foram feitas as seguintes análises:

Balanço Patrimonial (Média do Agregado):

- Estoques - apresentou um acréscimo real de 3,17%;
- Patrimônio Líquido - a correção dos itens não monetários e os ajustes dos itens monetários prefixados repercutiram no Patrimônio Líquido Médio do Agregado com um acréscimo real de 0,52%.

Demonstração de Resultados (Média do Agregado):

- Vendas líquidas: as vendas corrigidas para moeda final são 49,8% superiores às vendas nominais;

- Custo das Mercadorias/Produtos e Serviços: são 108,7% superiores aos valores históricos;

- Despesas Financeiras Reais: correspondem a 5,3% da Receita Líquida, enquanto que, pela legislação vigente, correspondem a 54,3% da Receita Líquida;

Os resultados obtidos na Terceira Etapa complementam os da Segunda. As melhorias evidenciadas das informações geradas pela Correção Monetária Integral advêm da homogeneização das moedas. Com isto, os indicadores de estrutura e econômico-financeiros extraídos de expressões monetárias depuradas dos efeitos inflacionários, embora estáticos, são mais realistas.

Por estas razões, conclui-se que não se pode utilizar apenas as informações geradas pelo Método Legal para apoiar as decisões. As informações são muito divergentes e incoerentes com a realidade dos negócios. Por isto, em ambiente inflacionário, por menor que sejam os índices de inflação, as decisões devem ser apoiadas em dados e/ou informações contábeis plenamente corrigidas ou em moeda de poder aquisitivo constante.

Todavia, é bom que se deixe claro que mesmo as informações geradas pela Contabilidade em Nível Geral de Preços, preconizada pela Instrução CVM nº 64/87, podem ser ainda refinadas ou aprimoradas. Isto depende, única e exclusivamente da adoção de técnicas mais avançadas de ajustamentos contábeis, como, por exemplo, a Contabilidade a Custo Corrente Corrigido, que deverá ser a próxima etapa na evolução dos processos contábeis de reconhecimento dos efeitos inflacionários nas Demonstrações Contábeis. ■

BIBLIOGRAFIA

- BENTO, Salvador A. et BENTO, Rogério A. *Demonstrações Financeiras com Correção Integral*. São Paulo: Atlas, 1987.
- BRASIL. Lei das S.A. Inº 4.404/76; Decreto-Lei 1398/77; Instrução CVM nº 64/87 e Ata Deliberativo CVM nº 23, de 05.02.86.
- BRUNEL, Terezinha C. *Os Bancos Comerciais sob Efeito da Inflação - Reflexo nas suas Demonstrações Contábeis: Um Estudo de Caso*. Dissertação de Mestrado. FGV, Rio de Janeiro, 1987.
- CALAFELL, Josep Valkenius i. *La Contabilidad ante Precios Cambiantes*. Barcelona, Ed. Hispano Europea S.A., 1983, p. 210.
- CASTRO, Cláudio de Moura. *A Prática de Pesquisa*. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1971.
- ECO, Umberto. *Como se faz uma tese*. São Paulo: Editora Perspectiva S.A., 1985.
- HORNSKSEN, Elton S. *Accounting Theory*. Homewood, Richard D. Irwin, 1982.
- _____. *Teoria da Contabilidade*. UTHEA, 1974, p. 212.
- MICICIBUS, Sérgio de. *Teoria da Contabilidade*. São Paulo: Atlas, 1981, p. 253, 256 e 259.
- _____. *Contribuição à Teoria dos Ajustamentos Contábeis*. Tese de Doutorado, FEA-USP, São Paulo, 1966.
- KAH ITZ, Stephen C. *Como Prever Falências*. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1978.
- KIRKMAN, Patrick R.A. *Contabilidad de Inflación*. Buenos Aires, 1.ª. Ed. "El Ateneo" Editorial, 1975, p. 2.
- KEFLINGER, Fred N. *Metodologia de Pesquisa em Ciências Sociais*. São Paulo: Ed. Pedagógica e Universitária Ltda, 1980.
- MARTINS, Eliseu. *Pesquisa sobre Correção Monetária Integral de Balanços*. Série Industrial Privado, São Paulo: FIPCAFI-USP, 1988.
- MORAES, Délio Duque et al. *A Demonstração de Origens de Aplicações de Recursos e a Correção Monetária Integral*. Trabalho apresentado no XI Congresso Brasileiro de Contabilidade, Cuiabá (MT), setembro/1988.
- SZUSTEK, Natan. *Métodos Contábeis de Reconhecimento da Variação do Poder Aquisitivo da Moeda: uma aplicação prática*. Dissertação de Mestrado, FEA-USP, São Paulo, 1980, p. 6.
- _____. *Análise do Lucro Possível de Distribuição: uma abordagem reconhecendo a manutenção do capital da empresa*. Tese de Doutorado, FEA-USP, São Paulo, 1985.
- _____. *O Efeito da Inflação na Evidenciação Contábil - Comentários e sugestões quanto à Demonstração de Resultados, Técnica Contábil e Balancete*. Boletim IOB, n.º 04/86, Rio de Janeiro.
- _____. In BRAGA, Hugo Ristic. *Demonstrações Financeiras - Estrutura, Análise e Interpretação*. São Paulo: Atlas, 1988, p. 178.



* Délio Duque Moraes - Formado em Ciências Contábeis, Administração de Empresas e Ciências Econômicas pela PUC-MG. Mestrado em Ciências Contábeis pela PUC-RJ. Coordenador do Curso de Ciências Contábeis - UNIPAC, Campus de Bom Despacho (MG).